

esg

Bancos de desenvolvimento adotam critérios ESG para liberar crédito

Instituições de fomento reforçam agenda ambiental e social com incentivos a projetos verdes

Thiago Bethônico

SÃO PAULO A transição para uma economia verde tem ganhado apoio do mundo corporativo, mas a questão do financiamento permanece um desafio. Para alguns setores, descarbonizar operações pode significar a completa reestruturação das cadeias de valor — o que demanda investimentos nada triviais.

A necessidade de mobilizar recursos para projetos complexos joga luz sobre a atuação dos grandes financiadores de longo prazo no Brasil: os bancos de desenvolvimento.

Essas instituições têm reforçado suas agendas sustentáveis, ampliando incentivos para iniciativas de impacto socioambiental e vinculando o crédito a critérios ESG (ambiental, social e governança, na sigla em inglês).

Um dos bancos que vêm buscando protagonismo é o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais).

Mais de 60% dos financiamentos feitos pela instituição em 2021 foram vinculados a algum dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Os recursos destinados a projetos de energias renováveis, por exemplo, chegaram a R\$ 160 milhões.

A transição energética está entre os focos. Em 2019, o banco captou 100 milhões de euros (R\$ 627 milhões) para aplicações na área, por meio de uma parceria com o Banco Europeu de Investimento.

Até o momento, 29 iniciativas já foram financiadas, o que



Usina fotovoltaica financiada pelo BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) na cidade de Manga (MG) Divulgação

inclui 25 projetos de energia solar, três centrais hidrelétricas e um projeto de iluminação pública em Minas Gerais.

Recentemente, o BDMG deu outro passo na transição para um portfólio de investimentos mais verde. Durante a COP26, a conferência da ONU sobre as mudanças climáticas, o banco firmou o compromisso de não financiar projetos que envolvam extração, comercialização e transporte de combustíveis fósseis a partir de 2023.

“É preciso ter um novo tipo de produção, e entendemos que é nosso mandato, como instituições financeiras de desenvolvimento, promover isso”, afirma Sergio Gusmão Suchodolski. Até meados de janeiro, ele foi presidente do BDMG e da ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento), que reúne bancos de desenvolvimento, agências de fomento e cooperativas.

Segundo Suchodolski, a organização tem estimulado a transição nas carteiras de investimentos dos associados que, juntos, detêm quase 73% do crédito de longo prazo para as empresas no Brasil e 45% do crédito total.

O ex-presidente da ABDE entende que a contribuição dos bancos de desenvolvimento à agenda ESG é múltipla. Além de incentivar iniciativas de impacto positivo — por meio de linhas de crédito com juros menores e prazos maiores —, também atuam como estruturadores de projetos e como instituições de conhecimento e capacitação.

O papel multifacetado dessas instituições frente ao tema também é apontado por Bruno Aranha, diretor de crédito

produtivo e socioambiental do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Na visão dele, a canalização de recursos estrangeiros é uma das principais contribuições que os bancos podem dar na transição para uma economia de baixo carbono — o que pode ser feito por meio dos “green bonds” (títulos verdes).

“Em 2017, nós fizemos uma primeira emissão de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,3 bilhões). Esses recursos, que foram comprados por investidores internacionais, puderam ser utilizados para financiar novos parques solares e eólicos no Brasil”, diz.

Outra atribuição que Aranha vê para os bancos de desenvolvimento é o de induzir boas práticas no mercado. Ele cita o exemplo do Crédito

ASG, programa do BNDES que condiciona o custo do empréstimo ao desempenho sustentável de uma companhia.

“Se a empresa me der uma contrapartida não financeira, eu aceito reduzir os juros desse financiamento”, afirma.

Segundo o diretor, o BNDES já tem iniciativas para estimular a sustentabilidade nos setores de madeira, metalurgia e siderurgia. Em dezembro, foi a vez de a cadeia da carne entrar na lista, com a publicação de uma circular mudando as regras para liberação de recursos para abatedouros.

Agora as empresas precisam comprovar, por meio de auditoria independente, que nenhum de seus fornecedores têm condenações relativas a desmatamento, nem escritórios incluídos na lista de áreas embargadas do Ibama.

“O financiamento de projetos para preparar a infraestrutura desses portos é uma agenda para ontem”, afirma.

Segundo Pinsky, a taxa de inadimplência costuma ser menor nos bancos de desenvolvimento, o que abre espaço para arriscar mais.

“É preciso considerar em que medida os bancos estão assumindo mais risco para financiar operações inovadoras e projetos que propõem soluções para problemas sociais e ambientais”, diz.

Uma auditoria anual será exigida até a amortização dos contratos e vale não só para os fornecedores diretos, mas para toda a cadeia de produção.

“Eu vejo o papel dos bancos de desenvolvimento desta forma: canalizando recursos internacionais, prospectando projetos no Brasil e, através de produtos inovadores, induzindo o investimento com uma geração de impacto ambiental e social”, afirma Aranha.

O engajamento das instituições de fomento com a agenda ESG é positivo, mas a pergunta a ser feita é: em que medida elas estão tratando as pautas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do Brasil com senso de urgência?

O questionamento é feito por Vanessa Pinsky, pesquisadora da USP (Universidade de São Paulo) e especialista em ESG. Na visão dela, os bancos têm mais condições de priorizar o tema, atuando inclusive em agendas pouco atrativas para a iniciativa privada.

Um exemplo seriam os projetos de adaptação climática, que demandam aportes pesados, como no caso dos portos.

Em novembro de 2021, um estudo feito pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) mostrou que os portos brasileiros já sentem os efeitos da crise do clima. A perspectiva é que ameaças como tempestades e elevação do nível dos oceanos se agravem, com potenciais riscos para a economia.

“O financiamento de projetos para preparar a infraestrutura desses portos é uma agenda para ontem”, afirma.

Segundo Pinsky, a taxa de inadimplência costuma ser menor nos bancos de desenvolvimento, o que abre espaço para arriscar mais.

“É preciso considerar em que medida os bancos estão assumindo mais risco para financiar operações inovadoras e projetos que propõem soluções para problemas sociais e ambientais”, diz.

Mercado financeiro está pouco engajado com metas de sustentabilidade, mostra pesquisa

SÃO PAULO O mercado financeiro brasileiro ainda está longe de ter um perfil engajado com a sustentabilidade. Apesar da onda ESG, instituições do setor — como bancos, corretoras e gestoras de recursos — são consideradas distantes ou iniciantes nessa jornada.

É o que mostra um levantamento feito pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) em parceria com o Datafolha e a consultoria Na Rua.

A entidade ouviu 265 empresas entre janeiro e julho de 2021. Cinco perfis de instituições foram identificados: desconfiado, distante, iniciado, emergente e avançado.

Segundo a pesquisa, o perfil distante lidera o ranking, com 35% da amostra. As companhias enquadradas nessa categoria têm baixa implementação de práticas sustentáveis e uma visão simplificada sobre o tema — entendendo-o como um compromisso exclusivo com o meio ambiente.

A maioria das empresas nesse perfil são gestoras de recursos (8%), com média de R\$ 2,3 bilhões em ativos sob gestão. Além disso, metade das dis-

tribuidoras e corretoras que participaram da pesquisa foram consideradas distantes em relação à sustentabilidade.

O segundo perfil predominante foi o iniciado. Quase um terço das instituições financeiras (32,1%) estão nessa categoria, que engloba empresas com iniciativas simples, como uso de lâmpadas sustentáveis e coleta seletiva do lixo.

As práticas, contudo, ficam restritas ao ambiente interno do escritório e não são consideradas na hora de fazer negócios. De acordo com o levantamento, uma parcela significativa dos bancos (40%) encontra-se nesse perfil.

Juntas, as instituições financeiras consideradas distantes ou iniciadas representam 67,1% da amostra.

Para Carlos Takahashi, vice-presidente da Anbima, é possível olhar os resultados por uma perspectiva otimista, considerando que, há alguns anos, o mercado brasileiro caminhava ainda mais devagar em relação ao ESG.

“É claro que há muita coisa para acontecer ainda. Quando vemos o agrupamento dos distantes, por exemplo, ele está mais ligado a questões am-

Perfil das instituições financeiras em relação à sustentabilidade



Média de ativos sob gestão*, em R\$ bilhões



Distribuição das instituições financeiras por perfil, em %



*No caso das gestoras de recursos | Fonte: Pesquisa Anbima

Você não imagina quanta transformação estes números têm para contar.

mais de

R\$ 159 milhões

de investimentos realizados em 2021

Transformar os espaços públicos muda a vida das pessoas. Por isso a MRV&CO investe tanto em urbanização. Quando se tem acesso a praças mais verdes e iluminadas, creches e hospitais reformados, escolas, saneamento básico e postos policiais renovados, a vida fica melhor. Afinal, o futuro que queremos precisa ser construído hoje.

O melhor jeito de prever o futuro é construir o futuro.